Ata da Quarta Reunião Ordinária do Terceiro Período de Reuniões da Câmara Municipal de Lavras, da Sessão Legislativa de hum mil novecentos e noventa e seis. Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano em curso, reuniram-se no Plenário "Dr. Orlando Haddad", os vereadores: Evandro Castanheira Lacerda - Presidente, Eduardo Luis Marani - Vice-Presidente, Lafayette Luiz Doorgal de Andrada - 1º Secretário, Álvaro Eustáquio Pedrosa - 2º Secretário, Nilson Teodoro de Carvalho - Tesoureiro, Hélio Haddad, Edson Alves de Abreu, João Batista de Rezende, Ennio Mendes de Siqueira, Daniel Costa, Luiz Augusto de Paula Lima, Sebastião dos Santos Vieira, Antônio Marcos Possato, Sebastião Carlos Torres e João Caetano Neto. Aberta a reunião, a ata anterior foi lida e aprovada. O Secretário vereador Lafayette Andrada, fez a leitura das correspondências recebidas: do Sr. Jader A. Barbosa, solicitando permissão para fazer uso da palavra na Tribuna com a finalidade de expor as dificuldades que os profissionais ligados à Construção Civil vêm enfrentando em decorrência do disposto na Lei Orgânica Municipal e no Código de Uso e Ocupação do Solo; ofícios da Prefeita nº 066/96 a 130/96 fazendo informações; convite para Cursos de "Oratória e Política", "Legislação Eleitoral" e "Administração de Pessoal no Serviço Público", informativo da UVB do Clube do Cavalo, comunicando a realização da "IV Cavalgada da Semana Santa"; ofício circular nº 05/96 da FEDESP/MG. Projetos que deram entrada na Casa: 01) Projeto de Lei nº 196 (Autoria do Vereador Marcos Possato).

"Dá denominação de Rua Ernani Ciarolla; (02) Projeto de Lei nº 196 (Autoria do vereador Evandro Castanheira Laceerda) - "Dá denominação de Rua Maria Cicarelli"; (03) Projeto de Lei nº 196 (Autoria do vereador Evandro Castanheira Laceerda) - "Altera a Lei nº 2.104 de 1º de março de 1996; (04) Emenda à Lei Orgânica 196 (Autoria do vereador Evandro Castanheira Laceerda). No próximo momento, o 1º Secretário Lafayette Andrada cumprimentou a todos e disse que em nome da Comissão de Legislação e Justiça, ele gostaria de comunicar que havia recebido uma nova correspondência da Tribuna de Barras, encaminhando, em vista de alguma dúvida ainda existente, com referência à participação do Funcionário Público Municipal Sr. Edilson Pereira na composição Societária da Editora Gráfica Folha Rio Grande, onde constava o nome do servidor no expediente publicado na página 2, edição de 16/03/96. Este documento tinha a finalidade de corroborar a tese de que a Empresa não podia receber doação de terreno do Poder Público Municipal. O Secretário disse que tinha recebido o jornal todo e tinha recortado apenas o Expediente, que mostrava que o Diretor e Redator Chefe era o jornalista Edilson Pereira. Disse que gostaria de esclarecer que esta era a informação oficiosa que a Casa tinha e que estava solicitando do Cartório de Ofício de Títulos e Documentos, uma certidão que esclareceria a dúvida. O Secretário leu também o comunicado do vereador Ênnio Nerdes de Siqueira, em nome da Comissão Especial que havia visitado o local, dizendo que o vereador havia lá comparecido

no dia 14 do mês em curso, sobre o que fazia o seguinte relatório. O vereador Luiz Augusto de Paula Lima pediu ao Secretário para que se continuasse a leitura na hora da discussão do Projeto. O vereador e 1º Secretário concordou, dizendo que era mais pertinente. O Presidente cumprimentou a todos e parabenizou o vereador João Batista de Rezende pela vitória na eleição para Presidente da Cooperativa, desejando-lhe todo sucesso e que podia contar com a Câmara e com todos os vereadores, sempre que precisasse. O vereador Sebastião Carlos Torres também cumprimentou o vereador João Batista de Rezende. O Presidente disse que havia recebido um pedido do Arquiteto Jader Barbosa para o uso da palavra, inclusive a respeito da Emenda à Lei Orgânica que ele estava apresentando na Casa na quela reunião. O Presidente convidou o arquiteto para fazer parte da Mesa, para explanar sobre o seu ponto de vista. O Dr. Jader cumprimentou a todos e disse que gostaria de expôr o problema que enfrentava com o Projeto que estava desenvolvendo na Rua Desembargador Alberto Luz, travessa entre a Rua Santana e Bernardino Joaciera. Explicou que era um prédio de 15 pavimentos, entre o sub-solo e o último pavimento, e de acordo com o Código de Obras, com os afastamentos que tinha que ter nas laterais e nos fundos, estava de acordo com o mesmo. Porém, de acordo com o Código de Obras, o prédio estava impedido, pois estava no alinhamento junto ao passeio, digo, que o prédio estava no alinhamento junto ao passeio e ele estava impedido de construir qualquer obra numa rua ou passeio que tivesse menos de 10 metros e que

ele teria que obrigatoriamente ter o recuo de 3 metros. Fazendo uma análise rápida, o Dr. Jader disse que naquela rua, em frente à Yamaha, tinha o prédio da Casa da Cultura que era um patrimônio da cidade e jamais poderia ser demolido. Explicou que três metros de recuo ali, jamais iria existir. Em frente ao prédio existia um terreno com aproximadamente três a quatro metros junto à Padaria Rocha e na extremidade dele, dez a doze metros. Um prédio ali, de acordo com o Código de Obras, jamais seria construído. O Dr. Jader disse que, particularmente, ele achava que a construção do prédio do projeto citado, não era uma agressão ao local. Disse que achava agravante o fato de alguns prédios já terem sido aprovados pela Prefeitura no Departamento de Obras, em ruas com menos de dez metros de comprimento, inclusive prédios que avançavam e o térreo ficava no alinhamento junto ao passeio, e o primeiro pavimento e o último avançavam sobre o passeio; também prédios construídos antes daquele Código de Obras, mas que a Lei Orgânica já estava em vigor. O Dr. Jader disse que a construção daquele prédio tinha todos os afastamentos que lhe pedia o Código de Obras, com excessão desse problema da rua ter menos de 10 metros. A rua tinha oito metros e oitenta centímetros. O Dr. Jader disse que tinha esbarrado nesta Lei e teve que parar. O vereador Luiz Augusto de Paula Lima disse que tinha algumas perguntas a fazer ao Sr. Jader, ressaltando que não era nada pessoal, mas a nível de Câmara, e que ele tinha toda a liberdade de responder ou não, à medida que desejasse. O vereador disse que estava sentindo que ele tinha ido colocar um problema pessoal e não um pro

blema que estivesse afetando uma classe. Perguntou-lhe se era verdade o que ele estava pensando. O Sr. Jader respondeu-lhe que era um problema pessoal e que ao mesmo tempo ele se sentia injustiçado, como até mesmo a proprietária do terreno. O vereador Luiz Augusto de Paula Lima disse que era uma questão localizada e que quando chegou à Casa e viu os dois Projetos, disseram-lhe que era uma questão generalizada dentro da cidade e ele percebia que era algo pessoal, de uma rua especial definida, e um lote definido que tinha parâmetros definidos. Disse que não via como resolver um problema específico, a não ser abrindo para a cidade inteira, e que a Câmara tinha que tomar cuidado para verificar se abriria aquela possibilidade para a cidade inteira e se seria um benefício ou não. O vereador Luiz Augusto de Paula Lima disse que estava pensando em termos mais amplos, porque se modifica a lei, elimina um parágrafo, passaria a ser possível para toda a cidade, qualquer lugar, independentemente de qualquer coisa, e isto ele achava que até o momento, nenhum vereador tinha uma informação que o levasse a decidir sobre o assunto. O Presidente disse que quando pensou em apresentar os Projetos, ele sabia que seria um assunto polêmico, que quando conversou com o Jader, viu que não era só uma posição pessoal, mas a posição que ele se encontrava no momento, pois já havia conversado com o Sr. Ramiro, da Prefeitura e era quem aprovava as plantas, e vários engenheiros tinham enfrentado aquele problema e tinham reclamado muito. Disse que o próprio Engenheiro e Secretário Municipal do Planejamento, Sr.

Guedes, estava com dois ou três prédios naquela situação e que abandonou porque não tinha condições de continuar. Disse que só trouxe a discussão à Casa porque realmente haviam reclamações naquele sentido. Disse que na próxima reunião pretendia convidar o Sr. Ramiro e o Secretário de Obras. O Presidente explicou que não tinha a pretensão de passar por cima da Comissão e que por esta razão tinha se comunicado com o vereador Hélio Haddad para colocar o seu ponto de vista. O vereador Luiz Augusto de Paula Lima disse ao Presidente que achava que ele estava passando à frente da Comissão, que foi formada e estava obedecendo um cronograma de trabalho e que eram convidados todos os interessados em discutir o assunto, exatamente para que viesse à Casa alguma coisa já mais estabelecida, e que "data vênia", dessa forma estava passando à Frente da Comissão um Projeto que queria ser aprovado em três reuniões e uma coisa que ninguém sabia o que era. O vereador Luiz Augusto de Paula Lima disse que achava que enquanto a Comissão estivesse estudando, era extemporâneo mecher com aquilo, e que o Sr. Jader havia levado algo muito sério à Casa, uma denúncia, que apesar da Lei Orgânica, muitos prédios foram construídos. O vereador disse que naquele aspecto a Câmara tinha que tomar uma posição, pois era uma denúncia seríssima, que existia Lei no Município que tinha sido votada pela Casa e não estava sendo seguida, portanto a Câmara tinha que tomar alguma(s) posição. Sugeriu que o Presidente nomeasse imediatamente uma Comissão para verificar o que estava acontecendo. Da mesma forma, muita gente deixou de fazer porque existia a Lei e se houvesse uma mudança, eles é que

se tornariam os injustiçados. O vereador Luiz Augusto de Paula Lima disse que não era contra a mudança, mas contra a forma como a mudança estava sendo colocada e que ele não tinha base naquele momento para decidir se aquela mudança seria válida. O Presidente Evandro Castanheira Macerda disse que confiava totalmente na Comissão, porém ela ainda teria um trabalho de quatro a cinco meses e o que estava acontecendo era algo para ser decidido logo. O Presidente disse também que de acordo com o que tinha conversado com alguns engenheiros, achava que estava errado, mas que a Câmara era soberana e por isto estava chamando ao debate as pessoas relacionadas ao problema. Pediu à Comissão que se manifestasse à respeito do assunto. O vereador Marcos Possato disse que concordava com o vereador Luiz Augusto de Paula Lima e que achava temerário fazer a aprovação daquela Emenda, apesar da boa intenção, tão rapidamente, e que também achava temerário simplesmente suprimir aquele parágrafo e que se fosse o caso, poderia mudar os dez metros para oito, caso contrário ficariam com uma cidade histórica. Achava que na Emenda deveria ser citada uma métrica mínima para que fosse cumprida. Com a palavra o vereador Hélio Haddad disse que como Presidente da Comissão que fazia revisão do Código de Obras e da Lei Orgânica, digo, da Lei de Ocupação do Solo, gostaria que fosse aguardado um estudo da Comissão e que não justificava fazer uma alteração súbita na Lei, que poderia ser mudada em dois a quatro meses, no escopo da revisão completa. O vereador Hélio Haddad disse que a Comissão irá apresentar a finali-

zação do seu estudo para a discussão e votação, na Casa, e que não era o momento. O Presidente perguntou ao vereador Hélio Haddad qual era o prazo que tinha sido estipulado para que a Comissão fizesse um estudo e voltasse à Casa. O vereador Hélio Haddad respondeu-lhe que se tinha sido estipulado pela Presidência, ele gostaria que a Presidência lhe respondesse qual era o prazo. O vereador Hélio Haddad disse que a primeira parte dos trabalhos havia sido concluída e a segunda parte estava em andamento. O Presidente passou a palavra ao vereador Ênnio Mendes de Siqueira que disse que a cidade precisava de empregos e que a Emenda iria gerar empregos. Disse que era a favor da Emenda. O vereador Hélio Haddad convidou o Sr. Jader para que participasse das reuniões da Comissão. O Sr. Jader disse que a intenção não era simplesmente mudar ou alterar a lei em função do seu Projeto, mas que a lei era muito seca, muito reduzida. Achava que determinados pontos na cidade deveriam ser estudados com mais precisão em função de todos aqueles acontecimentos, e que talvez pudesse haver uma solução mais prática. O vereador Sebastião Carlos Torres disse que se aprovasse a Emenda, iria abrir precedentes para toda cidade. Disse que aquela lei iria também ser discutida exaustivamente em Plenário. O vereador disse também que no caso do Sr. Jader, realmente procedia, mas que se a Câmara votasse da maneira como o vereador Evandro Castanheira Lacerda entrou, iria ficar um buraco na lei, o que poderia prejudicar muita gente. O Presidente Evandro Castanheira Lacerda disse que concordava com o vereador, e que quando ele tinha feito a Emenda, era realmente para que ela fosse melhorada e que tinha certeza que a

Casa iria melhorá-la. Disse que era totalmente a favor de todos os posicionamentos e ponto de vista da classe e que ele não iria querer discutir uma coisa técnica. O vereador Sebastião Carlos Torres disse que continuava achando a Emenda intempestiva e que não era contra, nem a favor, mas que era sim, a favor de que a Câmara fizesse uma lei que fosse vigorar por 10 ou 15 anos. O vereador Sebastião dos Santos Pieira disse que achava importante a presença do Sr. Fader e que em contato com outros profissionais da área, outras reclamações estavam acontecendo e muitos prejuízos tinha havido para a cidade. Achava que a Comissão estava fazendo um trabalho muito bom, que era um trabalho longo e árduo, e diante de tanto problema, com eleições pela frente, era um problema que precisava ser solucionado, mas que tinha que olhar a coisa como um todo. Disse que existiam outros tópicos polêmicos e que precisavam ser decididos com rapidez. O vereador Lafayette Andrada agradeceu a presença do Sr. Fader e disse que concordava com o arquiteto quando ele disse que o Código de Obras estava muito simplório, mas que todavia, o novo Código que estava sendo elaborado, era uma lei mais específica, mais detalhada, com mais de 100 (cem) artigos, feita depois de exaustivos trabalhos, como havia citado o vereador Hélio Haddad. O vereador Lafayette Andrada disse que discordava do arquiteto quando ele disse da impossibilidade do alargamento daquela rua. Disse que a rua ao lado da Casa da Cultura, realmente num ca poderia ser alargada, todavia, do centro até o Jardim Fabiana, seria uma avenida muito importante daqui a uns vinte ou trinta anos. Concordava com

o fato de que o produto dos trabalhos da Comissão se rid algo mais concensual, mais analizada e fruto de reuniões mais informais, e que encaminhar à Comissão aquela matéria, era o ideal. O vereador Eduardo Luis Moarani disse que discordava do vereador Ênnio Mendes de Siqueira, pois tinha participado das reuniões da Comissão e todos que ali compareciam estavam discutindo incansavelmente questão por questão. Achava que a vinda do arquiteto à Casa foi muito importante, mas que a Emenda proposta naquele dia era um pouco precipitada. O vereador João Caetano Neto disse que tinha participado da reunião da Comissão e que o assunto era tratado de maneira séria e que ele estava de acordo. O Presidente agradeceu a presença do Sr. Jader e disse que concordava com a opinião de todos, porque cada um tinha o direito de opinar da forma como lhe convinha. Disse que convidaria para que fizessem parte da próxima reunião da Câmara, o Secretário de Obras, Sr. Ramiro, o Engenheiro e Secretário do Planejamento, Sr. Guedes, e também o Sr. Iglair, construtor técnico da Comissão. O vereador Luiz Augusto de Paula Lima disse que já que o Presidente estava fazendo requerimento, ele também gostaria de fazer um, de que os dois Projetos que deram entrada na Casa naquela noite, fossem encaminhados diretamente à Comissão para que ela estudasse e trouxesse junto com o Código de Obras. O vereador Luiz Augusto disse que existiam duas propostas diferentes, uma dele e outra do Presidente, e que se nenhum dos dois retirasse, seria preciso colocar em votação no Plenário. O Presidente passou, então, a Presidência para o Vice-Presidente Edvar

do Luis Karani e disse que colocaria em discussão e votação a sua proposta, e o que o vereador Luiz Augusto colocasse a dele. Com a palavra, o vereador Evandro Castanheira Lacerda disse que o problema existia e precisava ser resolvido o mais rápido possível e que não gostaria de maneira alguma de passar por cima da Comissão, pois sabia o trabalho que estava sendo feito, porém tinha suas dúvidas quanto ao tempo. Disse que gostaria de colocar as suas propostas a nível de requerimento, para que fosse enviado um Ofício à Comissão, perguntando qual seria o prazo para que a Comissão entregasse à Casa os novos tópicos da lei, quanto tempo ainda levaria para a Comissão enviar à Casa o parecer e qual a opinião da Comissão sobre o Projeto em pauta e se a Comissão poderia analisar a Emenda e apresentar alguma proposta. O vereador Evandro Castanheira Lacerda perguntou qual era a proposta do vereador Luiz Augusto de Paula Lima. O vereador Luiz Augusto disse-lhe que a sua proposta era para que se devolvesse o Projeto ao autor e se encaminhasse à Comissão para que houvesse um estudo, e a inclusão ou não, na Lei Orgânica e no Código de Obras. O vereador Hélio Haddad disse-lhe que com referência ao assunto em pauta, a Comissão manteve o item como estava no Código, mas que o Assessor Técnico Dr. Iglair Mendonça poderia prestar maiores esclarecimentos. O Presidente Eduardo Luis Karani colocou os dois requerimentos em votação. O vereador Alvaro Eustáquio Pedrosa pediu a palavra e disse que os dois requerimentos poderiam ser fundidos num só:

O Projeto seria encaminhado à Comissão, que por sua vez daria o seu parecer num prazo determinado. O vereador Evandro Castanheira Lacerda concordou plenamente com o vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa. O vereador Hélio Haddad disse que aquele ante Projeto estaria em votação no Plenário antes do recesso do meio do ano. O Presidente Evandro Castanheira Lacerda agradeceu novamente a presença do Sr. Jader. O Sr. Jader agradeceu o espaço a ele cedido e disse que esperava que realmente a Comissão resolvesse e que achava importante levantar polêmica e achar soluções. O Presidente passou a próxima parte dos trabalhos, para a votação dos seguintes Projetos: (01) Projeto de Lei nº 049/95 (Autoria da Chefe do Executivo) - "Cria o Conselho Municipal de Assistência Social." O vereador Luiz Augusto de Paula Lima disse ao Presidente que já se encontrava junto com o Projeto, três Emendas de sua autoria e que ele gostaria que fosse à apreciação do Plenário. O Presidente pediu que as Emendas fossem lidas, enquanto passavam pelas Comissões Permanentes. A primeira Emenda tinha o seguinte teor: "Fica suprimido o inciso III do Art. 2º que dizia que o próprio Conselho Municipal de Assistência Social aprovaria as suas diretrizes, etc." O vereador disse que tinha de ser suprimido em razão da Emenda dois que dizia: "Fica acrescentado ao Art. 2º o § único com a seguinte redação: § único: as matérias a que se referem os incisos I e II do Artigo são exatamente aquelas de estabelecer as diretrizes e as prioridades, que serão enviadas obrigatoriamente à Câmara Municipal de Barras, para aprovação. Uma Emenda completava a outra. A Emenda número três alte

rava o § único do Art. 3º, que passava a ter a seguinte redação: "O Conselho Municipal de Assistência Social seria presidido por um de seus membros, eleito por seus pares." O Presidente colocou em discussão e votação os pareceres dados às Emendas, que foram aprovados. Em seguida colocou em votação o Projeto com as Emendas. O vereador Lafayette Luiz Doorgal de Andrada requereu regime de urgência para a matéria, o que foi aprovado. Em votação, o Projeto foi aprovado. (02) Projeto de Lei nº 050/95 (Autoria da Chefe do Executivo) - "Cria o Fundo Municipal de Assistência Social". O vereador Eduardo Luis Morani requereu Regime de Urgência para a matéria, o que foi aprovado. Em votação, o Projeto foi aprovado. (03) Projeto de Lei nº 196 (Autoria do vereador Lafayette Andrada) - "Declara de Utilidade Pública o Núcleo Comunitário para o Progresso de Lavras - PROLAVRAS". O vereador Eduardo Luis Morani requereu regime de urgência para a matéria, o que foi aprovado. Em votação, o Projeto foi aprovado. (04) Projeto de Lei nº 002/96 (Autoria da Chefe do Executivo) - "Autoriza o Poder Executivo a celebrar contrato de seguro de vida coletivo em favor dos servidores públicos municipais efetivos, comissionados, temporários e aos agentes políticos". O vereador Lafayette Andrada requereu regime de urgência para a matéria, o que foi aprovado. Em votação, o Projeto foi aprovado. (05) Projeto de Lei nº 047/95 (Autoria da Chefe do Executivo) - "Dispõe sobre a política municipal de desenvolvimento", em primeira discussão e votação. O Projeto foi aprovado e determinado para a Ordem do Dia para 2ª discussão e votação. (06) Projeto de Lei nº/

96 (Autoria do vereador Eduardo Luis Marani) - "Dá denominação de Rua Geraldo Ribeiro." O vereador Ênnio Mendes de Siqueira pediu vista ao Projeto. (07) Projeto de Lei nº 196 (Autoria do Vereador Eduardo Luis Marani) "Dá denominação de Rua Sargento Deolices Ferreira da Silva". O vereador Lafayette Andrada requereu regime de urgência para a matéria, o que foi aprovado, Em votação secreta. O Presidente convidou os vereados Antônio Marcos Possato e Sebastião dos Santos Vieira para fazerem a contagem dos votos. Quinze vereadores votaram: quatorze a favor e um em branco. O Projeto foi aprovado. (08) Projeto de Resolução nº 196 (Autoria do vereador Luiz Augusto de Paula Lima) - "Concede Título de Cidadã Honorária de Lavras à Sra. Lúcia Regina Winiz Ferreira". Em terceira discussão e Redação Final. O Projeto foi aprovado. (09) Projeto de Resolução nº (Autoria da Mesa Diretora) - "Altera a Resolução nº 011/95, de 31 de outubro de 1995, que estabelece a estrutura funcional dos servidores, o plano de cargos e vencimentos e dá outras providências." Em terceira discussão e redação final. O Projeto foi aprovado, (10) Projeto de Lei nº 011/96 (Autoria da Chefe do Executivo) - "Substitutivo ao Projeto de Lei nº 051/95 que" autoriza o Poder Executivo a alienar ações que menciona e dá outras providências." O vereador Luiz Augusto de Paula Lima requereu que fosse enviado ofício à Prefeitura solicitando informações sobre quais as obras específicas que seriam feitas com aquele recurso, pois segundo o Assessor Jurídico aquelas obras já existiam. O Presidente informou-lhe que o Assessor Jurídico havia ligado, informando que a verba era específica para a construção dos galpões, mas como eles tinham certeza que o

Projeto seria aprovado no Regime de Urgência naquela casa, estavam gastando o dinheiro para saldar o asfaltamento da Rua Delfim de Souza! O vereador Luiz Augusto de Paula Lima perguntou qual seria o "milagre" que eles fariam depois na Contabilidade, para pegar o dinheiro que era específico para alguma coisa, para cobrir um dinheiro estranho. O Presidente sustou o Projeto, aguardando as informações solicitadas pelo vereador Luiz Augusto de Paula Lima, inclusive o custo daquelas Obras. (11) Projeto de Lei nº 008/96 (Autoria do Chefe do Executivo). "Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar imóvel que menciona à Editora Gráfica Folha Rio Grande e dá outras providências". O Secretário leu o relatório à Casa, feito pelo vereador Ênnio Mendes de Siqueira que fazia parte da Comissão que foi visitar o local, que dizia que a Editora Gráfica Folha Rio Grande prestava importantes serviços de informação jornalística ao Município, bem como serviços de gráfica à comunidade. Dizia que a sua sede não era adequada para comportar as máquinas pesadas que possuiam e seus dezesseis empregados. O vereador Ênnio Mendes de Siqueira disse que a doação do terreno para a construção de sua nova sede, seria um grande benefício, portanto, era favorável à doação. O vereador Lafayette Andrada colocou que a Câmara não tinha garantias de que eram dezesseis empregados e que iria solicitar um registro no INSS. Disse também que de acordo com os documentos apresentados, não constavam mais os nomes do Sr. José Passos de Carvalho e do Sr. Edilson Pereira, como sócios proprietários,

em 01/04/94. Disse que até o presente momento, era a documentação mais recente, juntamente com a correspondência enviada pelo Tribunal e que estavam sendo analisados pela Assessoria Jurídica do Executivo. Portanto, a Comissão de Legislação e Justiça não daria ainda o seu parecer. O Projeto continou sustado, aguardando informações. Projetos aguardando Parecer de Comissão Especial: (01) Projeto de Resolução nº 196 (Autoria do vereador Nilson Teodoro de Carvalho) - "Concede Título de Cidadão Honorário de Lavras ao Dr. Eduardo Brandão Azeredo, governador do Estado de Minas Gerais"; (02) Projeto de Resolução nº 196 (Autoria do vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa) e Antônio Marcos Possato) - "Concede Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Paulo Teodoro de Carvalho". O Presidente determinou que o prazo para as Comissões darem o seu parecer seria até a próxima semana. Veto à Redação Final do Projeto de Lei nº , que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder vale-transporte aos servidores municipais." O vereador Antônio Marcos Possato disse que a diferença do seu projeto e o da Prefeita, era que no Projeto do Executivo, o percentual seria descontado do servidor, enquanto no seu a concessão do vale-transporte seria gratuita. Em seguida, o Presidente submeteu à votação secreta do Plenário o veto, explicando que votaria sim quem desejasse que o Veto fosse mantido e Não, para a sua derrubada. O Presidente convidou os vereadores Sebastião Carlos Torres e João Caetano Neto para fazerem a apuração dos votos. Quinze vereadores votaram. Sete vereadores votaram pela manutenção

do Veto e oito pela derrubada do Veto. O Veto foi mantido. No momento seguinte, o Projeto de Lei nº 196 (Autoria do vereador Marcos Possato) - "Dá denominação de Rua Ernani Giarolla" e o Projeto de Lei nº 196 (Autoria do vereador Evandro Castanheira Lacerda) - "Dá denominação de Rua Maria Cicarelli", que haviam dado entrada na Casa, passaram pelas Comissões Permanentes, recebendo seus Pareceres que foram discutidos, votados e aprovados. Foram determinados para a Ordem do Dia para primeira discussão e votação. A Mesa deferiu os seguintes requerimentos para que fossem oficiados às autoridades competentes: @ do vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa, cumprimentando à Prefeita pelos trabalhos que vem sendo desenvolvidos pela sua Administração, à Funerária Carvalho, cumprimentando-lhes e agradecendo-lhes pelo serviço de alto cunho humanitário que prestam à Comunidade, subscrito pelos vereadores Waniel Costa, Evandro Castanheira Lacerda, Ênnio Mendes e Lafayette Andrada; solicitando o término das obras de rede de esgoto já iniciadas nas ruas dos bairros Jd. América, Bandeirantes e Alterosa, solicitando a recuperação de toda a Rua Paulo Joenicucci, no Bairro Nova Lavras, solicitando a construção ou aluguel de um prédio mais adequado para a instalação definitiva do Posto de Saúde no Bairro Nova Lavras, solicitando a recuperação das praças existentes ao lado da Escola Cristiano de Souza e ao longo da Avenida Duque da Rocha, solicitando o calçamento de todas as ruas dos bairros Pitangui, Alterosa, Bandeirantes e Jardim América. ⓑ do vereador Eduardo Luis Morani, solicitando a desobstrução de um bueiro em frente ao

Supermercado São João, solicitando reparos na rua Monsenhor Aureliano. (c) do vereador Marcos Possato, cumprimentando ao "Pe. Israel pelo sucesso da "Grande Open House", subscrito pelos vereadores Evandro Castanheira Lacerda, Sebastião dos Santos Vieira, Eduardo Marani e Sebastião Carlos Torres, cumprimento ao Delegado Dernar Luiz Ribeiro Lima, subscrito pelos vereadores Álvaro Eustáquio Pedrosa, Evandro Castanheira Lacerda, Nilson Teodoro de Carvalho e Sebastião dos Santos Vieira, solicitando que informe à Casa quais os locais onde foram construídos os abrigos para os usuários dos ônibus de transporte coletivo urbano, solicitando que envie à Casa o número de servidores públicos municipais em atividades em 31/12/92 e 29/02/96; (d) do vereador Sebastião dos Santos Vieira, solicitando a instalação de um gabinete odontológico na Escola Estadual Dr. João Batista Hermeto, solicitando que informe à Casa qual o serviço que estava sendo executado pela Prefeitura na calçada da rua Firmino Costa, solicitando providência urgente para solucionar o problema do mal funcionamento dos semáforos; (e) do vereador Luiz Augusto de Paula Lima, solicitando providências para o fornecimento de luvas, calçados e roupas apropriadas para os funcionários que estão trabalhando nas obras de canalização dos córregos e ribeirões de nossa cidade. (f) do vereador Sebastião Carlos Torres, cumprimentando ao Sr. João Batista de Rezende pela merecida escolha de seu nome para a Presidência da Cooperativa Agrícola Alto Rio Grande, solicitando a execução do aterramento das manilhas na estrada da Comunidade Barro Preto; (g) do vereador João Batista de Rezende, reiterando solicitação para patrolamento da estrada da

Serrinha, solicitando a recuperação de uma ponte na estrada do Farias, próxima à linha da RFFSA; (h) do vereador Ênnio Mendes de Siqueira, reiterando solicitação para que sejam efetuadas melhorias urgentes na Vila Paraíso, cumprimentando ao Sr. Hélio Palácio Lopes, manifestando o seu descontentamento quanto à falta de merenda na E.E. Tiradentes, cumprimentando ao diretor da COFAP, cumprimentando ao Diretor clínico do Hospital Paz Monteiro, cumprimentando ao Dr. José Alair Couto, solicitando ofício, digo, solicitando que envie ofício ao DD. Ministro da Saúde, pedindo a colocação de três redutores de velocidade na rua Paulo Costa Pereira, pedindo mão única para a rua José Mesquita, à Secretaria Municipal de Saúde lamentando que não exista um neurologista que atenda pelo SUS, pedindo o cumprimento das leis autorizando a linha de ônibus coletivo para o Bairro N.S. de Lourdes e Vila São Francisco, pedindo providências para adquirir novos equipamentos para captação de sinais de TV; (i) do vereador Evandro Castanheira Lacerda, cumprimentando a Sra. Maria José Sidney Pereira, subscrito pelos vereadores João Caetano Neto, Sebastião dos Santos Vieira, Álvaro Eustáquio Pedrosa, Edson Alves de Abreu e Nilson Teodoro de Carvalho, cumprimentando ao Presidente da APAE, solicitando para que no trecho da rua 14 de Agosto, entre as ruas Chagas Vória e Rui Barbosa, seja mão única, solicitando asfaltamento da rua Herculano Pinto e canalização do ribeirão da Santa Casa, solicitando o calçamento e a iluminação da entrada do Bairro Vila Rica, solicitando o asfaltamento de um pequeno trecho no final da rua

João Batista Prost, (g) do vereador Daniel Costa, solicitando que determine a execução de capina e limpeza da rua José Manoel Andrade, no Bairro Cavrinhas, solicitando calçamento do final da rua Rita Alcântara, solicitando limpeza da Av. Álvaro Augusto Leite; (l) do vereador Hélio Haddad, solicitando que seja apurado o fato ocorrido com o menor Rodrigo Quirino Gonçalves, que foi espancado por uma guarnição da PM dentro de um cemitério da nossa cidade, cumprimentando a Sra. Elisabeth Gonçalves da Silva pela excelente colocação na 7ª Maratona de Ribeirão Pires, (m) do vereador João Caetano Neto solicitando operação tapa-buracos na rua Ouvidor Bustamante; (n) do vereador Lafayette Andrada, solicitando que seja dado prosseguimento ao serviço de calçamento iniciado no Bairro Vale do Sol, solicitando reparo no afundamento do paralelepípedo da rua Frederico Ozanan, no Bairro Artur Bernardes, solicitando operação tapa-buracos na rua Capitão Washington, no Bairro Jardim Floresta, próximo ao Parque da Bocaina. Nada mais havendo a ser tratado, em nome de Deus foi encerrada a reunião.